



Universidade do Minho

Reunião Plenária do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 007/2015

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade do Minho, no Largo do Paço, o Conselho Geral da Universidade do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Informações;
2. Aprovação das atas números 4, 5 e 6/2015, referentes às reuniões dos dias 08/06; 07/09 e 21/09/2015;
3. Proposta da alteração do mapa de pessoal da UMinho.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações gerais;
2. Informações específicas:
 - Informação sobre o Concurso Nacional de Acesso 2015/2016;
 - Consórcio UNorte.PT;
 - Modelo de financiamento do Ensino Superior;
3. Plano de Investimentos da UMinho 2020.

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António Cunha, Eng.º. António Murta, Doutor Howard Davies, Dr.ª Isabel Furtado, Doutor Carvalho da Silva, os Professores Álvaro Iriarte, Ana Cunha, Ana Paula Marques, Clara Oliveira, Francisco Veiga, Jorge Pedrosa, Licínio Lima, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Pinto, Luís Amaral, Margarida Casal, a Dra. Fernanda Ferreira, os Estudantes Bruno Alcaide, Carlos Videira, José Mário Sousa e Pedro Sanches. Justificaram a ausência os membros Rui Ramos e Paula Moura Pinheiro. _____

O Presidente deu início à reunião transmitindo que foi recebido o Relatório " Financiamento das Universidades", produzido pela Comissão Permanente de Estratégia Global do Conselho Geral da Universidade de Coimbra, realçando a qualidade do documento e a importância de que ele se reveste face à



Universidade do Minho

visão crítica que apresenta, razão pela qual o mesmo foi distribuído por todos os Membros do Conselho. A Dr.ª Fernanda Ferreira elogiou a interação promovida entre os diferentes Conselhos Gerais, considerando-a de grande importância para o debate sobre as diferentes problemáticas transversais às Universidades e aos seus Conselhos Gerais.

O Presidente informou ainda que o Conselho Geral de Évora está a preparar o II Encontro dos Conselhos Gerais, havendo necessidade de, até ao final do ano, este Conselho apresentar a sugestão da sua representação, bem como, as temáticas a abordar.

O Presidente passou de seguida à apresentação da nota de preocupação da Presidência da Escola de Engenharia, no sentido de colocar à consideração dos membros o teor da resposta a enviar. O Reitor pediu para intervir, dizendo que estranhava o conteúdo da mesma, uma vez que todas as Unidades Orgânicas foram devidamente esclarecidas sobre a condução do processo de passagem para Regime Fundacional, nas reuniões mensais tidas com os Presidentes de Escola.

O Presidente esclareceu que o único aspeto a colocar à consideração dos membros era o da dimensão institucional do CG, devendo, no seu entender, ser dada uma resposta ao parágrafo com referência ao órgão, nomeadamente, no sentido de esclarecer que o CG promoveu sempre o debate na Academia, independentemente da sua intervenção direta.

Interveio o Professor Jorge Pedrosa para afirmar que, na sua opinião, não lhe parecia ser oportuno discutir o conteúdo da nota recebida dado ter sido alvo de discussão aquando da reflexão interna promovida pelo Conselho Geral, mas apenas acusar a sua receção e agradecer, tendo a Professora Ana Paula Marques partilhado esta posição.

O Professor Licínio usou da palavra para afirmar que não tem dificuldade em entender a nota, dado que esta nova realidade afeta professores e funcionários. No plano institucional entende que o CG procedeu como lhe era devido, devendo apenas ser dada uma resposta, também ela do foro institucional.

Em consequência, foi mandatado o Presidente para redigir a resposta a enviar à Escola de Engenharia, tendo sido entendido que devia ser chamada a atenção para o facto de o CG não ter recebido qualquer retorno dos debates realizados nas diferentes Unidades Orgânicas.



Universidade do Minho

Terminado o ponto Informações, o Presidente colocou à votação dos Membros a aprovação das atas nº 4, 5 e 6, as quais foram aprovadas por unanimidade.

O Presidente introduziu o ponto 3, relativo à proposta de alteração do mapa de pessoal da UMinho, tendo para o efeito passado a palavra à Professora Lúcia Rodrigues, na qualidade de Coordenadora da Comissão de Planeamento e Assuntos Financeiros (CE-PAF).

A Professora Lúcia Rodrigues informou que a CE-PAF reuniu no passado dia 28 de setembro para apreciação da proposta de alteração do mapa de pessoal da UMinho e do Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2015. Para a análise da proposta de alteração do mapa de pessoal, foi solicitada previamente à Administração da Universidade informação complementar sobre o impacto financeiro da criação dos lugares propostos, e se haviam sido realizados estudos que demonstrassem a necessidade dos mesmos na prossecução da missão da Universidade. A Comissão entendeu que a informação fornecida não explica, com exceção do pessoal da área de informática, por que razão há necessidade da UMinho proceder a esta alteração, tendo assim decidido não estar na posse dos elementos necessários à emissão de um parecer favorável a esta proposta.

Ainda sobre esta matéria, a Professora Lúcia Rodrigues considera que existe um grande desfasamento entre o investimento em pessoal docente e pessoal não docente. Referiu que as Unidades Orgânicas se debatem com falta de pessoal docente, havendo mesmo Escolas que tendem a apresentar alguns indícios de disfuncionalidade no cumprimento da sua missão.

No que respeita ao Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2015, a Professora Lúcia Rodrigues evidenciou a preocupação da CE-PAF pelo facto de a Universidade ter vindo a acumular resultados negativos nos últimos anos e o saldo de gerência estar a cobrir o défice. Foi referida a reunião do passado mês de janeiro, na qual foi afirmado que as verbas provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia reforçariam o saldo de gerência, o que não está a ocorrer. A Comissão teme que o acréscimo de custos se vá refletir nos próximos anos, face ao esforço de investimento que a Universidade está a fazer, e recomenda prudência de modo a evitar ruturas de tesouraria e atrasos nos pagamentos.

O Professor Jorge Pedrosa interveio dizendo que lhe é difícil perceber o pedido de alteração do mapa de pessoal, face ao desconhecimento do quadro geral do pessoal da UMinho. No entanto, considera importante que os funcionários não docentes vejam o trabalho desenvolvido reconhecido.



Universidade do Minho

A Dr.^a Fernanda Ferreira referiu que, de um modo geral, se tem verificado uma evolução positiva do ponto de vista da informação disponibilizada e da fundamentação das opções tomadas nos documentos submetidos ao Conselho Geral, mas que, neste em concreto isso não acontecia visto que o documento em apreço não explicitava nem fundamentava a necessidade de criação de mais lugares do mapa de pessoal dirigente da Universidade, antes pecava pela exiguidade da informação, com recurso a conceitos vagos e abstratos e sem qualquer objetividade ou concretização. Além do mais, o documento não autonomizava a criação dos lugares de dirigentes, como lhe parecia adequado, face ao aumento de lugares no mapa de pessoal de especialistas de informática, e da criação de um lugar de encarregado geral operacional (não previsto no mapa nem na orgânica da Universidade). Manifestou ainda a sua estranheza em face da intenção de aumentar o número de dirigentes fixado no mapa de pessoal pelo facto de ter sido já evidenciado que a Universidade do Minho era uma das universidades públicas com maior número de dirigentes e com peso mais elevado na sua estrutura (mais do dobro de dirigentes em comparação com outras de grande dimensão como Coimbra e Porto, e muito superior ao de Universidades "similares", como Aveiro e Nova de Lisboa), segundo os dados do INDEZ 2010 – informação da DGES, distribuída aos membros do Conselho Geral, no anterior mandato do órgão – número esse que se tem acentuado face às fusões e centralizações de Serviços em outras Universidades. Salientou também a necessidade de ser fornecida informação adequada acerca deste assunto aos Membros do Conselho Geral, nomeadamente a indicação de lugares providos e não providos, a sua inserção na orgânica da Universidade e as competências que lhe estão associadas, pois de outro modo não ficam habilitados a cabalmente se pronunciarem. Acentuou também que esta matéria é delicada e importante, pois estão em causa remunerações acrescidas e verbas públicas, objeto de particular incidência das leis do Orçamento do Estado, no sentido do seu controle e redução. Recordou os Relatórios de Auditoria do Tribunal de Contas, muito atentos a estes aspetos, salientando o caso já conhecido da Universidade de Lisboa, em que foi sindicada pelo TC a regulamentação aprovada no Conselho Geral, por ela ter sido remetida a responsabilidade pela Faculdade auditada, precisamente em sede de remunerações de dirigentes. Acentuou a necessidade de regularização de situação de precaridade laboral reiterada de trabalhadores da Universidade, considerando dever ser essa a prioridade da instituição, exemplificando com a abertura de concursos de ingresso para provimento na carreira de técnico superior do mapa de pessoal não docente. Por último, retornando à questão dos dirigentes, e estando em causa, entre outros, a criação de mais duas chefias de divisão para os Serviços Técnicos (estando já providos um lugar de Direção de Serviços e um de Chefe de Divisão) focou que se devia proceder à reformulação do Regulamento Orgânico, mormente no que respeita a esses Serviços, que considerou não só desajustada da realidade atual, como por se verificar que grande parte das competências atribuídas, conforme explicitou, estarem na prática a cargo do Gabinete do Administrador, ou de outros Serviços da Administração, bem ainda pelas diferentes queixas associadas à sua intervenção.



Universidade do Minho

O Estudante José Mário Sousa interpelou o Reitor no sentido de obter informação sobre se há aumento de custos com a criação destes lugares, tendo o Reitor respondido que há um aumento de custos na ordem dos 10 a 15 mil euros, sendo que o valor global não é significativo face à aposentação de um grande número de funcionários.

O Professores Manuel Pinto e Francisco Veiga afirmaram que, face à escassez de informação e inexistência de um parecer da CE-PAF, não se sentiam habilitados a votar sobre esta matéria.

O Presidente deu a palavra ao Reitor que esclareceu ser objetivo principal do pedido apresentado a resposta a situações pontuais. Concordou com a necessidade de ser efetuada uma alteração da estrutura orgânica de alguns Serviços, considerando, no entanto, tratar-se de uma abordagem complexa e de grande sensibilidade. Face ao entendimento generalizado do CG, entendeu retirar a proposta, a qual será novamente apresentada, após recolha de toda a informação considerada pertinente para a tomada de decisão, eventualmente aquando da apresentação da proposta de Orçamento da Universidade.

Em resposta às demais questões colocadas, o Reitor afirmou que a situação financeira da UMinho está devidamente controlada e que, embora o saldo tenha voltado a baixar significativamente, a Universidade aguarda a receção do valor correspondente a 40% do reforço da dotação de Orçamento de Estado a conceder pelo Governo, recordando que os restantes 60% foram já recebidos em junho. O Reitor transmitiu também que os centros de custos estarão abertos até ao dia 10 de Dezembro, encontrando-se em preparação um Despacho com os procedimentos relativos ao encerramento de contas.

Relativamente à prestação dos Serviços Técnicos, o Reitor referiu que estes têm em curso concursos de obras em cinquenta edifícios, concursos esses cujo processo é de enorme complexidade. A dimensão dos *campi* é também ela muito significativa, em termos de infraestruturas bem como de pessoas, tendo já sido dados passos muito importantes para o melhoramento do funcionamento dos mesmos.

O Eng.º Murta pediu a palavra para enaltecer a decisão de adiar a votação relativa à alteração do mapa de pessoal, considerando que talvez haja assim oportunidade para uma melhor reflexão. Da análise dos dados financeiros apresentados, constatou que a Universidade tem apenas dois meses de *cash*, pelo que tudo o que possa ser feito no sentido de diminuir os custos é muito significativo.

Foi realizada uma pausa dos trabalhos às 11h15m.



Universidade do Minho

Os trabalhos foram retomados às 11h40m, tendo o Presidente passado a palavra ao Reitor para dar início aos assuntos de sua iniciativa.

1. Informações gerais

O Reitor começou por transmitir algumas informações sobre o processo de passagem da Universidade ao Regime Fundacional, nomeadamente, a solicitação à UMinho de alguns documentos, de entre os quais as atas do CG, e que o envio dos mesmos será realizado oportunamente. Comunicou também que está previsto um encontro com o Secretário de Estado do Ensino Superior, prevendo-se a aprovação da passagem a este Regime para muito breve, dada a posição favorável do Governo.

Interveio o Professor Licínio Lima, a propósito do processo relativo à criação da Fundação Universidade do Minho, afirmando o seguinte: a três de setembro, com outros membros do Conselho Geral, tomou posição pública acerca do processo apressado de apreciação e votação dos Estatutos da Fundação Universidade do Minho, através de duas reuniões extraordinárias deste Conselho, justificado pela “extrema urgência” que foi induzida pelo XIX Governo Constitucional e que o Reitor entendeu representar uma oportunidade, com base nas expectativas que lhe terão sido criadas de ver aprovada aquela Fundação em Conselho de Ministros, ainda antes das eleições legislativas de 4 de outubro de 2015. Referiu que se tinha chamado a atenção, em devido tempo, para a inoportunidade e a imprudência de tal processo, em contexto de disputa eleitoral, suscetível de ser lido como ato de campanha, o que acarretaria o risco de transformar a putativa Fundação e a própria Universidade em objetos de controvérsia eleitoral. Tal veio, de facto, a verificar-se, e por diversas formas, com intervenções públicas de diversos partidos políticos, a favor e contra, tendo culminado na não aprovação do regime fundacional, mas antes na sua remissão para o quadro das promessas eleitorais a concretizar no futuro. Pela segunda vez, em quatro anos e meio, considera que se incorreu no erro de propor uma mudança estratégica para a Universidade em final de legislatura, com os resultados que são de todos conhecidos. Finalmente, reiterou que lamenta o repetido fracasso – independentemente da sua posição contrária ao regime fundacional –, porque tal fracasso fragiliza a Universidade e resulta da gestão imprudente de uma matéria de grande sensibilidade político-estratégica, sobre a qual se entende que este Conselho Geral deveria ter revelado maior exigência e capacidade crítica.

O Professor Jorge Pedrosa interveio para dizer que mantém a sua posição em como, dos modelos de gestão disponíveis, o modelo funcional é o melhor, mas também entende que o Governo podia ter conduzido o processo de outra forma, não tendo recuado e avançado ao sabor das suas conveniências.



Universidade do Minho

O Doutor Carvalho da Silva referiu que o Governo atuou de uma forma eleitoralista e que, a seu ver, existe neste modelo um problema grave de secundarização da representação social. Essa fragilização é não só preocupante, como também de uma enorme sensibilidade. Considerou que, face a um novo cenário político, se deva refletir sobre o caminho a tomar de modo a que as decisões sejam as mais adequadas possíveis.

O Reitor tomou a palavra para responder ao Professor Licínio Lima, afirmando que ele próprio gostaria que o processo tivesse decorrido de outra forma. Face a este contexto, se a Universidade não tivesse levado a cabo as reuniões extraordinárias, o Governo entenderia isso como um sinal de não intenção da passagem ao Regime Fundacional. É sua convicção que o facto de terem ocorrido eleições possa deixar espaço para novos desenvolvimentos. Recordou o facto de sobre esta matéria o Governo ter evoluído de uma situação negativa para positiva e da oposição ter apoiado este regime desde o início. Focou também que o RJIES terá um tempo de vida mais longo do que o previsto, pelo que nos próximos tempos a UMinho continuará a funcionar segundo este regime.

De seguida, o Reitor sintetizou as informações de maior relevância sobre as atividades desenvolvidas na UMinho, as quais se encontram mencionadas no conjunto de Informações disponibilizado, o qual será anexo à presente ata e dela fará parte integrante (anexo I), seguindo-se um período de debate.

O Professor Jorge Pedrosa pediu ao Reitor para informar quais as diligências que serão realizadas relativamente aos Estudantes Internacionais, dado que o número dos mesmos ficou muito aquém. De acordo com o Reitor, serão realizados contactos com diretores de Escolas e de empresas da China, Angola e Moçambique, no sentido de conseguir o maior número de alunos possível.

O Estudante Carlos Videira questionou o Reitor sobre a previsão da circulação de autocarros dentro do campus, bem como sobre o número de estudantes que está previsto receber ao abrigo do *Programa Retomar*. O Reitor informou que a Câmara Municipal irá realizar alguns ajustes de modo a permitir a entrada de autocarros no campus. No que respeita ao *Programa Retomar*, não tem conhecimento dos números mas vai inteirar-se do ponto de situação.

O Eng.º António Murta interveio para informar que a Universidade tem a oportunidade de liderar o projeto do Ensino à Distância e fez referência a uma estudo realizado pela Universidade de Oxford, no qual é dado a conhecer que 60% das profissões tendem a desaparecer, face à automação dos processos. Considera muito positivo o que foi conseguido com o *Programa Invest* e entende que o número de abrangidos deveria atingir os mil, bem como nele serem incluídas disciplinas da área das ciências sociais. Destacou também a



Universidade do Minho

existência do Biotério, que considera um ativo de atração ao investimento para a indústria farmacêutica e médica.

O Professor Manuel Pinto e a Professora Ana Paula Marques alertaram para o facto de a carga horária das unidades curriculares lecionadas nos cursos ao abrigo do *Programa Invest*, não estar contemplada no serviço docente, entendendo que, se esta área for assumida como estratégica, haverá necessidade de encontrar as melhores condições, face às consequências na missão do ensino. O Reitor informou que o enquadramento está a ser efetuado mas que, por questões legais, esta carga horária não pode ser incluída no serviço docente, dado que os cursos em causa não conferem grau.

O Reitor transmitiu ainda que, no âmbito do Consórcio UNorte.pt, estão já ativos os grupos de relativos a ensino, ensino à distância, investigação, cultura, ação social e modernização administrativa.

Informou também a possibilidade de recuperar candidaturas a programas de doutoramento FCT, nos quais há envolvimento de várias Escolas, prevendo-se para breve as datas para o recebimento.

O Prof. Jorge Pedrosa referiu que a taxa de financiamento dos projetos nos concursos da FCT é muito baixa (cerca de 10%), mesmo em relação a projetos muito bem classificados por peritos internacionais, questionando se a CCDR-N poderá garantir instrumentos de financiamento desses mesmos projetos. O Reitor informou que o assunto foi já reportado ao Presidente da CCDR-N, o qual se mostrou sensibilizado para a análise da mesma.

Procedeu-se ao intervalo para almoço às 13h30m.

Ao serem retomados os trabalhos, pelas 14h45m, O Presidente deu a palavra ao Reitor, o qual passou ao ponto 2. dos assuntos de sua iniciativa, com a apresentação dos dados referentes à primeira e segunda fases do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNA) 2015/16. Mostrou-se muito satisfeito com os resultados obtidos pela UMinho e informou que será posteriormente enviado o relatório final, após a conclusão da terceira fase. As vagas não foram preenchidas na totalidade face a um *plafond* mais alto do que seria previsto, facto este que tem interferência na percentagem de vagas preenchidas. Foi realçado o facto de as notas de entrada serem melhores do que as dos anos anteriores.

De seguida, o Presidente do Conselho colocou à consideração dos membros o comentário aos resultados apresentados.



Universidade do Minho

O debate iniciou em torno dos fatores considerados responsáveis pelo facto dos cursos da UMinho não serem a primeira opção dos candidatos. Vários membros apresentaram, como alguns desses fatores, a área geográfica em que a UMinho está inserida, os constrangimentos ao nível dos custos de transportes e de alojamento, bem como a atratividade da cidade. Foi também referido que as famílias tendem a não fazer as escolhas fundadas na qualidade do curso, pelo que seria importante cruzar os dados de acesso com os dados da empregabilidade. Foi também considerado importante pensar em abordagens alternativas de marketing/divulgação da oferta formativa, de modo a conseguir a atratividade dos cursos, em particular daqueles que apresentam vagas sobrantes.

Os Professores Licínio Lima e Clara Oliveira entenderam ser discutível a inclusão do índice de empregabilidade nesta análise, uma vez que a UMinho não tem por missão criar emprego, mas sim conferir aos alunos a capacidade de pensar e as competências específicas de formação como ser humano. A Professora Clara Oliveira alertou para a necessidade de dotar as várias Escolas de disciplinas de Humanidades, tendo mesmo questionado se essa área disciplinar não virá a constituir, nos próximos anos, uma oportunidade de oferta formativa nos Institutos Politécnicos.

O Presidente interveio para referir que, enquanto membro externo do CG, entende que a Universidade se deve preocupar com a empregabilidade e desempregabilidade dos estudantes que forma. Indo ao encontro da posição da Professora Clara Oliveira, julga que a reflexão pode ser efetuada nos *curricula* dos cursos. A noção que tem é a de que a Universidade possui um conhecimento profundíssimo mas que se esgota na dimensão estrita, isto é, não é criado valor. A transversalidade das áreas nos vários cursos justificaria um debate.

A Professora Margarida Casal pediu a palavra para referir que os resultados do CNA são favoráveis, sendo que estes valores, importantes para o exterior, são conseguidos com muito esforço por parte das Escolas. Foram apresentados, a título de exemplo, vários cursos pertencentes à Escola de Ciências onde a oferta não vai ao encontro da procura, bem como com o índice de empregabilidade. Considera que será importante repensar o *plafond* de vagas por parte da Universidade do Minho.

Pediu a palavra a Dr.ª Isabel Furtado começando por enfatizar os contributos valiosos do debate. Recordou a necessidade de repensar a oferta formativa e a necessidade de agir rapidamente no sentido de projetar a UMinho junto das potenciais entidades empregadoras. Relativamente às Ciências Sociais, considera que estas são essenciais em todos os cursos, sendo urgente a inclusão das mesmas nos cursos de Engenharia.



Universidade do Minho

A Professora Ana Cunha associou-se à intervenção da Dr.ª Isabel Furtado, acrescentando que, no seu entender, as Ciências Sociais deviam fazer parte dos planos de estudos ao nível do Ensino Secundário.

Terminadas as intervenções, o Presidente deu a palavra ao Reitor para resposta às questões colocadas.

O Reitor agradeceu todos os contributos e questões colocadas, referindo que este assunto voltará a ser discutido aquando da apresentação do relatório final do CNA. Informou que, até ao ano de 2020, haverá um crescimento marginal de estudantes por ano em cerca de 1% e que, a partir de 2020 e até 2030, haverá uma perda de cerca de um terço dos estudantes. Algumas Universidades compensarão com estudantes estrangeiros e Ensino à distância.

No que respeita à empregabilidade, a sua posição é a de que cada estudante possa escolher o curso com base na empregabilidade do mesmo. A sociedade deveria criar condições para que cada estudante possa ingressar no curso que pretende. Entende que há uma necessidade clara de repensar os cursos a oferecer, apresentando, como exemplo, os três projetos de ensino concorrentes da Universidade na área das Telecomunicações, os quais perfazem um total de 400 alunos.

Relativamente às ações promocionais dos cursos da UMinho, destacou a Feira de Oferta Formativa e as ações em curso com o objetivo de captar estudantes, porém reitera a necessidade de as intensificar para a prossecução desse objetivo.

O Presidente interveio para informar que na próxima reunião este tema voltará a ser tratado como primeiro tema da agenda.

Plano de Investimento da UMinho

O Reitor afirmou que o documento produzido para dar a conhecer o Plano de Investimento da UMinho está ainda em evolução, mas é já muito próximo do documento final. Recordou que este documento havia sido apresentado em junho, e o mesmo tem vindo a ser discutido internamente, em reuniões levadas a cabo nas várias UOEI. Já foi totalmente discutido com as vereações das Câmaras Municipais de Braga (CMB) e Guimarães (CMG).

De seguida apresentou, através de uma projeção, os projetos materiais e imateriais em curso e em conclusão, bem como as diferentes fontes de financiamento dos mesmos. Foi visto em pormenor o conjunto



Universidade do Minho

de investimentos realizados nos vários *campi*, projetos em parceria com as CMB e CMG, e as obras de reabilitação do Largo do Paço.

O Professor Manuel Pinto pediu para intervir, no sentido de deixar a sugestão de criação de um *kit* com o objetivo de dar a conhecer os projetos em curso, bem como as suas fontes de financiamento. O Reitor informou que as UOEI são detentoras desta informação, mas que poderá ser elaborada uma síntese do documento.

O Professor Jorge Pedrosa teceu algumas considerações acerca do documento apresentado, nomeadamente, a forma como a informação é tratada de forma integrada, possibilitando o conhecimento do patamar de financiamento. Pediu para saber como está a situação das instalações da Escola de Ciências e a clarificação das competências dos Gestores dos *Campi*.

A Dr.^a Fernanda Ferreira associou-se ao Professor Jorge Pedrosa relativamente à necessidade de ser feita uma clarificação das competências dos gestores dos *Campi*, em particular face àquelas que estão organicamente cometidas aos Serviços Técnicos, em particular Às suas Divisões para a Qualidade e Segurança e de Conservação e Manutenção, no que respeita à Escola de Ciências manifestou a sua preocupação com as condições infraestruturais dos edifícios e eventuais problemas ambientais a estas associadas, reforçando a necessidade de ser garantido que estão reunidas todas as medidas que assegurem a segurança e saúde adequadas dos trabalhadores que nessa Escola exercem funções.

O Reitor informou que estão garantidas as condições necessárias para o funcionamento normal da Escola de Ciências. Relativamente à gestão dos *campi*, afirmou que muito em breve será divulgada a forma de interação com os gestores dos mesmos, sendo a execução dos projetos da responsabilidade do Pró-Reitor, Prof. Doutor Paulo Ramísio, e a manutenção da responsabilidade do Administrador.

Pediu a palavra o Estudante José Mário Sousa para questionar a existência de algum projeto para a Escola Superior de Enfermagem, tendo o Reitor respondido negativamente, mas que está assinalado como prioritário. Referiu ainda que este projeto se prevê como sendo o mais difícil em termos de financiamento.

Terminado o debate, o Presidente do Conselho declarou findos os trabalhos da sessão pelas 17h40, tendo sido lavrada a presente ata com a colaboração de Maria José Oliveira, que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e pela Secretária, Professora Ana Paula Marques.



Universidade do Minho

O Presidente,

A Secretária,